

## VI REUNIÃO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL MEMÓRIA DA REUNIÃO

**Dia:** 16 de junho de 2004

**Horário:** 9h30min

**Local:** Ministério do Meio Ambiente

**Participantes:** Pela ABEMA estavam presentes os Drs. Maurício Lobo (ABEMA/RJ) Helio Dutra de Souza (ABEMA/PR) e José Ernesto Bezerra (ABEMA/PB); pela ANAMMA estavam presentes o Drs. Jarbas Ribeiro de Assis Jr. (Presidente), Berenice Maria Jacob de Paula Almeida (ANAMMA/MS) e Mário Sérgio Raserá (ANAMMA/PR) e pelo MMA estavam presentes os Drs. Cláudio Langone (Secretário Executivo), Gustavo Trindade (Consultor Jurídico do MMA), Geraldo Siqueira e Paulo Sergio Moçoúçah (Secretaria de Qualidade Ambiental – SQA), (DAI) Volney Zanardi (Diretor do Departamento de Articulação Institucional – DAI), Paula Lavratti (DAI), Eugênio Spengler (DAI), Edison Netto Lasmar (DAI), Fátima Massimo (DAI), Leonel Graça Generoso Pereira (Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF), Pedro Ivo de Souza Batista (Secretaria de Desenvolvimento Sustentável – SDS), Daniela Kolhy Ferraz (Diretoria de Educação Ambiental – DEA), Regina Gualda (PNMA), Weber Silva (Secretaria de Recursos Hídricos – SRH), Sebastião Azevedo (Procurador-Geral do IBAMA), Nilvo Luiz Alves da Silva (DILIQ – IBAMA) e Luiz Merico (DIGET – IBAMA).

**Pauta:** 1. Programa de Capacitação de Gestores;  
2. Implementação dos encaminhamentos do seminário “Rumos do Licenciamento Ambiental”;  
3. Acompanhamento da implementação das Comissões Tripartites Estaduais;  
4. Assuntos gerais.

A reunião foi aberta pelo Dr. Claudio Langone, submetendo a pauta à aprovação. Aprovada a pauta, passou-se, de imediato, à discussão do 1º ponto da pauta:

### 1. Programa de Capacitação de Gestores

O Secretário Executivo apresentou o documento sobre as ações de capacitação que vêm sendo desenvolvidas pelo MMA e vinculadas. Ressaltou que é necessária uma estratégia nacional de capacitação de gestores locais, até porque o nível de estruturação local é, ainda, muito baixo. Alertou que há uma peculiaridade neste ano, em virtude do processo eleitoral e que o Programa de Capacitação deveria

estar em condições de implementação tão-logo tomassem posse os novos gestores. Inferiu que é necessário definir os contornos gerais do Programa, sendo necessária a criação de um grupo de articulação, responsável pela sua formatação. Além disso, devem as Comissões Tripartites Estaduais serem provocadas a discutir o assunto.

O Dr. Volney Zanardi esclareceu que o tema de capacitação entrou na pauta da reunião por uma solicitação da ANAMMA .

O Dr. Jarbas Ribeiro de Assis chamou a atenção para a precariedade dos órgãos municipais. A grande maioria não tem estrutura ambiental. Além disso, não existe um tema único de capacitação capaz de abranger satisfatoriamente os municípios como um todo. Entende que o Programa deve seguir duas linhas: a) estimular os Prefeitos Municipais a inserirem a variável ambiental em suas administrações, criando estruturas administrativas; b) capacitar as pessoas que estão assumindo as funções de gestores ambientais. Acredita que o Programa deve envolver o SISNAMA em seus três níveis e que ao Estado cabe operacionalizar o sistema.

O Dr. Maurício Lobo defendeu o envolvimento de técnicos dos Estados, previamente identificados, no processo. A articulação para o Programa deveria ser feita ainda neste ano.

O Dr. Nilvo Silva argumentou que o Programa não precisa ter a mesma especificidade para todo o País, posição que foi compartilhada pelos demais em outras manifestações. As ações de capacitação devem se ancorar nas três esferas de poder, pautando-se em questões concretas, fundadas nas necessidades dos municípios.

O Dr. Eugênio Spengler relatou que o tema da capacitação está sendo pautado em quase todas as Comissões Tripartites Estaduais, pelos representantes das três esferas da federação. Entende que as próprias Comissões Estaduais devem indicar as peculiaridades do Estado para compor o Programa.

A Dr<sup>a</sup>. Daniela Ferraz informou que foi criado uma comissão envolvendo o MMA e o MEC para gestão da Educação Ambiental, voltado para formação de quadros (gestores ambientais), educadores ambientais e professores.

O Dr. Langone afirmou que o MMA deve superar a fragmentação de suas ações e que o problema não é falta de recursos, e sim falta de uma estratégia. Ressaltou que a estratégia deve ser duradoura – universo de 5 a 10 anos – e não se restringir a uma gestão. Entende que deve ser ensinado aos Municípios como estruturar suas áreas ambientais, e que a capacitação deve abranger, também, a Câmara de Vereadores, que muitas vezes impedem a criação dessa estrutura, como é o caso dos fundos de meio ambiente, por exemplo. Devem ser avaliados os modelos e experiências estaduais. Nem juntas, as três esferas têm estrutura suficiente para atender as demandas por capacitação, por isso devem ser contatadas instituições parceiras para efetuar as capacitações. Reuniões das tripartites devem, preferencialmente, ser mais longas e com intervalos maiores entre elas, para otimização de recursos (diminuição de custos).

***Encaminhamento:*** Após as discussões, deliberou-se por constituir um grupo, composto por MMA, ABEMA e ANAMMA, responsável por definir as diretrizes e os contornos do Programa (termo de referência), que deverá

conter, pelo menos:

- a) a estratégia;
- b) o escopo;
- c) instituições, públicas ou privadas, identificadas como parceiras na implementação do Programa;
- d) identificação de experiências emblemáticas; e,
- e) potenciais parceiros financeiros;

A discussão nas Comissões Tripartites Estaduais deve ser provocada a partir desse termo de referência. O grupo deve dimensionar o mínimo de recursos financeiros necessários. Prevê-se que a estratégia deve estar finalizada entre os meses de outubro ou novembro, mas essa definição deve estar articulada com o calendário orçamentário (PPA e orçamento 2005). A ANAMMA e a ABEMA deverão indicar, no prazo de 10 dias, três representantes cada, para compor o referido grupo, sem prejuízo da participação de terceiros nas reuniões.

A seguir passou-se ao segundo ponto da pauta:

## 2. Implementação dos encaminhamentos do seminário “Rumos do Licenciamento Ambiental”

O Secretário Executivo contextualizou a matéria e informou sobre a realização de um seminário ampliado sobre licenciamento ambiental, nos próximos dias 14 e 15 de julho, com ampla participação de todos os setores.

O Dr. Volney Zanardi relatou as ações do MMA em cada um dos temas: energia, saneamento, assentamentos de reforma agrária, carcinicultura e SINIMA.

**Encaminhamento:** Após os debates sobre o tema, deliberou-se pelo seguinte:

a) *Energia:* o MMA organizará reunião com o Ministério de Minas e Energia para a apresentação do novo modelo do setor elétrico. Serão convidados todos os órgãos estaduais de meio ambiente e representantes da ANAMMA.

b) *Saneamento:* será realizada reunião com MMA, ABEMA, ANAMMA, Ministério das Cidades, FUNASA e Caixa Econômica Federal, onde um dos pontos deverá ser a articulação do cronograma dos investimentos com o licenciamento. Esse tema deverá, também, ser pauta das Comissões Tripartites Estaduais.

c) *Assentamentos:* Deverá ser criado um grupo específico para acompanhar a implementação do TAC, além de discutir o licenciamento de atividades agropecuárias e a relação do Protocolo Verde com a agricultura familiar.

d) *Carcinicultura:* O MMA organizará a agenda sobre o tema e fará a sua apresentação à ABEMA e ANAMMA.

e) *SINIMA:* o MMA encaminhará ofício solicitando a indicação de representantes da ABEMA e ANAMMA para comporem o grupo sobre

esse tema.

Assim, passou-se ao 3º ponto da pauta:

### **3. Acompanhamento da implementação das Comissões Tripartites Estaduais**

O Dr. Eugênio Spengler apresentou um histórico sobre o trabalho que está sendo realizado, já havendo 14 comissões tripartites estaduais instaladas, e a meta é no sentido de instalar as demais 13 até o fim de agosto. Explicou que o desafio é a efetiva implementação destas comissões e como elas se relacionarão com a comissão tripartite nacional. Como questões recorrentes nas reuniões já realizadas, encontram-se a regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, programa de capacitação de gestores, além de temas regionais específicos, como a carcinicultura e o São Francisco.

***Encaminhamento:** Após os debates sobre o tema, deliberou-se pelo seguinte:*

*Deverá ser enviado para todos os representantes das comissões tripartites estaduais e da nacional, todo material produzido nas reuniões, bem como as memórias.*

*Deverá ser elaborado um termo de referência para orientar a 1ª reunião das Comissões Tripartites Estaduais, no qual deverá constar a necessidade da pauta intercalar temas nacionais e regionais. Além disso, as tripartites estaduais deverão elaborar memória de suas reuniões, devendo encaminhá-las à Comissão Tripartite Nacional, com intuito de possibilitar o acompanhamento e a articulação.*

*Após a instalação de todas as Comissões Tripartites Estaduais, deverá ser realizada uma reunião com todos os representantes, tanto da nacional como das estaduais.*

### **4. Assuntos gerais**

Foi apresentada a programação prévia do Seminário Ampliado de Licenciado, bem como do Seminário sobre a Regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal.

O Dr. Jarbas Ribeiro de Assis informou sobre o Encontro da ANAMMA, que ocorrerá em Macaé (RJ), de 29 de junho a 2 de julho de 2004.

Para a próxima reunião ficou acertado que o tema Compensação Ambiental deverá fazer parte da pauta.

Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 13h30min.

Brasília, 16 de junho de 2004.